

## EMPREENDEMENTOS EM CAPITAIS DO NORDESTE BRASILEIRO: DIAGNÓSTICOS SOBRE SEGMENTOS E DESENVOLVIMENTO LOCAL

C. R. M. VASCONCELOS<sup>1</sup>, A. G. F. DA SILVA<sup>2</sup>, W. A. EL-AOUAR<sup>3</sup>  
Universidade Potiguar<sup>1,3</sup>, Universidade Federal de Campina Grande<sup>2</sup>  
ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0003-0398-5733><sup>1</sup>  
cesarmvasconcelos@gmail.com<sup>1</sup>

Artigo submetido em 12/07/2020 e aceito em 09/09/2021

DOI: 10.15628/holos.2022.10726

### RESUMO

As capitais do nordeste brasileiro dispõem de potencialidades socioeconômicas e concentrações de empresas e segmentos diversos, o que impulsiona os indicadores de desenvolvimento e incentiva a obtenção de lucros e benefícios sociais. Este artigo objetiva apresentar diagnósticos sobre possíveis cenários presentes nessas metrópoles, de modo que as investigações favoreçam ou subsidiem a abertura ou a atuação de novos empreendimentos. Classificada como qualitativa e descritiva, a pesquisa valeu-se de dados

obtidos através de consultas a bancos de dados governamentais e não-governamentais, que posteriormente foram interpretados a partir da descrição dos fenômenos encontrados em diferentes situações. Os resultados apontaram múltiplos níveis de desenvolvimento e variada concentração de empresas por segmento e Produção Interna Bruta – PIB, com a ressalva de que em alguns casos, os dados socioeconômicos e de saúde não são determinantes para os índices de PIB dos municípios.

**PALAVRAS-CHAVE:** indicadores de desenvolvimento, benefícios sociais, concentração de empresas, planejamento regional, potencialidades.

## ENTERPRISES IN CITIES IN NORTHEASTERN BRAZIL: DIAGNOSES ON SECTORS AND LOCAL DEVELOPEMENT

### ABSTRACT

The cities in Northeastern Brazil have social-economic potentialities and concentrations of various companies and segments, which boosts the development indexes and encourages the achievement of profit and social benefits. This article aims at presenting diagnoses on possible scenarios that are present in these metropolises, so that the investigations may either favor or subsidize the opening or the operation of new enterprises. The research was classified as qualitative and descriptive and was based on data obtained through

consultations to governmental and non-governmental databases. They were subsequently interpreted from the description of the phenomena found in diverse situations. The results pointed out to multiple levels of development and varied enterprises' concentration by segment and Gross Indigenous Production – GIP, with the remarks that, in some cases, the social-economic and health data are not determining factors for the municipalities' GIP indexes.

**KEYWORDS:** development indexes, social benefits, enterprises concentration, regional planning, potentialities.



## 1 INTRODUÇÃO

A atuação empreendedora no Brasil está condicionada a uma série de variáveis que viabilizem os processos de investimento, desenvolvimento de setores, disseminação de segmentos por regiões do país e que venham favorecer a geração de melhorias no acesso ao emprego e à renda e que elevem os indicadores estruturais em cada região (Buffon & Moraes, 2019; Perobelli, Oliveira, Novy, & Ferreira, 1999).

No cerne dessas questões, situam-se empresas privadas cujo intuito precípua é o de maximizar seus lucros, por meio do menor dispêndio de recursos possíveis para a instalação, desenvolvimento e manutenção de seus negócios. Observando os aspectos do processo de globalização, indaga-se se o Estado, empresas e empreendedores consideram múltiplas as perspectivas de comércios globais, atentam para a constituição de parcerias público-privadas e para o profundo relacionamento com agentes que compõem o mercado: fornecedores, clientes, concorrentes e acionistas.

Graus de envolvimento entre os diversos setores que formam a economia – Estado e Mercado – encontram-se em relação proporcional e interdependente, interligadas às características sociais (níveis de desigualdades, de capacitação e de escolarização); fatores econômicos (riqueza produzida, poder de compra e de empregabilidade); fatores políticos (medidas de governança, políticas tributárias, agendas de governo); e elementos tecnológicos, voltados à segurança e à otimização logística (Drogendijk & Martín, 2014).

Este artigo tem como temática a discussão sobre o desempenho das capitais do nordeste brasileiro no que se referem às áreas e características sociais, estruturais e financeiras, e sua analogia com os segmentos empreendedores nestas localidades. Trata-se, portanto, de análises e relação no tocante à renda per capita, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, fatores de empregabilidade, quantitativo de empresas e seus segmentos, PIB per capita, e características estruturais e de saúde em capitais dos estados do nordeste do Brasil. Como problema de pesquisa, tem-se: qual cenário empreendedor pode ser constatado nas capitais do nordeste brasileiro, de modo que sejam evidenciadas atuações em segmentos de mercado e possíveis potenciais à abertura de novos empreendimentos? Para responder à essa questão, o estudo tem por objetivo apresentar diagnósticos sobre possíveis cenários presentes nas capitais nordestinas, de modo que as investigações favoreçam ou subsidiem a abertura ou a atuação de novos empreendimentos.

O estudo se justifica pela necessidade de apresentação e discussão de informações acerca de municípios brasileiros que promovam abrangente leitura sobre cenários da administração pública, evidenciando-se assim possíveis desafios, fragilidades e direcionamentos de políticas e/ou recursos que favoreçam o desenvolvimento de potencialidades locais, o fomento ao empreendedorismo, a busca pela redução de desigualdades e novas parcerias público-privadas. Administradores precisam saber lidar com as novas determinações governamentais, novos produtos, com os desafios advindos do crescimento da concorrência, com as oportunidades e



ameaças, com os aperfeiçoamentos tecnológicos e as acentuadas alterações no âmbito do trabalho, além de procurar manter a empresa sob controle (Kotter & Schlesinger, 1979; Nascimento & Alves, 2015).

Destarte, analisar elementos que apresentam diagnósticos, formam ou viabilizam a continuidade de empreendimentos ou que fomentam o surgimento de novos negócios, passam a ser questões relevantes no cenário mundial, administrativo, social e competitivo. Inclusive, possibilitam a estruturação informacional que favoreça a realização de estudos voltados à orientação e ao direcionamento de empreendimentos nessas regiões.

Entende-se, com isso, que critérios de eficiência e eficácia devem estar integrados aos setores público e privado, de modo que tais pesquisas e informações otimizem objetivos e metas organizacionais e que contribuam para o desenvolvimento local e regional. Buffon e Moraes (2019) atestam que os resultados de pesquisas sobre perfis e cenários de desenvolvimento apresentam-se como ferramentas capazes de subsidiar o planejamento estratégico, tanto das organizações públicas, como de novas empresas ou de empreendimentos já estabelecidos.

Sendo assim, o trabalho objetiva apresentar diagnósticos acerca de possíveis cenários socioeconômicos presentes em capitais brasileiras, de modo que tais investigações favoreçam ou subsidiem a abertura ou a atuação de empreendimentos na região. Baggenstoss e Donadone (2013) pontuam que o empreendedorismo tem sido cada vez mais apreciado no ambiente dos negócios, fator que impulsiona estudos mais aprofundados sobre essa temática nos ambientes acadêmicos.

Para a instalação e permanência de empreendimentos em seus respectivos estudos de viabilidade, as empresas levam em conta e requerem dos municípios e do poder público níveis mínimos de renda per capita, Produto Interno Bruto - PIB, aceitáveis Índices de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM, escolaridade, infraestrutura, segurança, preservação do meio ambiente e parcerias público-privadas. Compreende-se, por conseguinte, que a decisão de empreender ou não em determinadas localidades se relaciona com o cenário que esses fatores desenham.

Assim, a pesquisa estrutura-se a partir de discussões voltadas ao desenvolvimento e ao comportamento empreendedor, salientando as suas principais características. Em tópicos subsequentes, discorre-se sobre planejamento estratégico e atuações organizacionais, conduzindo as reflexões teóricas à temática do empreendedorismo em capitais brasileiras: enfatizando conceitos e correlacionando empreendimentos e organizações com a necessidade de indicadores sociais e econômicos como potencializadores de desenvolvimento. Ainda, nessa perspectiva, registram-se os procedimentos metodológicos do trabalho, com ênfase na abordagem qualitativa, e como resultados os diagnósticos relacionados a empreendimentos nas capitais e a cenários socioeconômicos.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Desenvolvimento e atuação empreendedora

O desenvolvimento socioeconômico se correlaciona a fatores como investimentos do setor público e privado direcionados às áreas de educação, saúde, infraestrutura e pesquisas em inovação. Empresas privadas ganham relevância nessa temática por serem agentes do desenvolvimento, atuando como multinacionais ou empresas locais (Bourguignon & Botelho 2009).

Respeitando a amplitude conceitual do termo “Desenvolvimento”, sobre este cenário de estudo, tem-se que para a sua efetivação são solicitadas adequações institucionais que potencializem a capacidade de implementação de políticas por parte do poder público, proporcionando assim considerada autonomia das finanças públicas e fomentando estratégicos investimentos locais e regionais (Buarque, 2008).

No tocante à atuação empreendedora, Santos *et al.* (2013) argumentam que o empreendedorismo diz respeito à criação ou adaptação de produtos ou serviços, trazendo consigo a ideia de que sobre empreendimentos decorre a necessidade de assumir riscos e de materializar objetivos que potencializem negócios.

Sobre fatores que dizem respeito ao empreendedorismo e às suas estratégias em cada região, Porter (1986) considera as cinco forças que influenciam as organizações: i) ameaça de novos entrantes potenciais; ii) poder de barganha dos fornecedores; iii) poder de barganha dos clientes; iv) ameaça de produtos substitutos; e v) intensidade da rivalidade entre organizações concorrentes. Referindo-se às características presentes sobre a entrada de novos produtos e serviços de substituição, salienta que, para entrar em determinado segmento, empresas precisam transpor desafios presentes na etapa inicial à admissão, tais como: obstáculos referentes às questões econômicas e relacionamentos aos clientes.

Tais processos dinamizam mercados e acirram competições, as quais, entre os seus resultados, apresentam capacidades de criar, reduzir ou expandir sua participação em determinados segmentos, ofertar novos produtos ou ainda redefinir objetivos conforme cada planejamento estratégico organizacional. As empresas definem mercados de atuação os que melhor se alinham aos seus objetivos corporativos (Kumar, Stam, & Joachimsthaler, 1994).

### 2.2 Planejamento e posicionamento estratégico

Compondo a administração estratégica executada pelas organizações, o planejamento estratégico é o percurso de intenções deliberadas cuja finalidade é alcançar prévios objetivos organizacionais (Mintzberg, 1998). Deve-se, aliás, considerar o longo prazo para estruturar esses objetivos, fixando caminhos para atingi-los e indicando meios para o alcance de recursos indispensáveis a sua realização (Drucker, 1998).

O planejamento estratégico se insere na perspectiva de focar nos objetivos, atentando-se à sua extensão temporal de alcance e às necessidades organizacionais existentes. Deste modo, ao



considerar as forças competitivas de Michael Porter (Porter, 1979; Montgomey & Porter, 1998; Porter, 1999), deve-se observar que o mercado recebe e sofre influência de outros agentes, tanto internos quanto externos. Para o sucesso no alcance de metas e de objetivos previamente definidos, torna-se essencial avaliar o ambiente em que as organizações se instalam, assim como considerar diversas variáveis que exercem influência nesse meio.

Em relação às ações de planejamento estratégico, destaca-se que a escolha de fornecedores ou de grupos de compradores deve fazer parte da postura estratégica da organização. Assim, perfilar cenários e ambientes, analisar capacidades de aquisição de produtos e/ou serviços e a sua relação com o ambiente, com governos e fornecedores, torna-se essencial, tendo em vista que de tais estratégias decorrem as escolhas sobre a distinção, qualidade e níveis dos compradores (Porter, 1979; Montgomey & Porter, 1998).

Características de segmentação e posicionamento de negócios estão inerentes a relevantes estratégias organizacionais, as quais oportunizam que empresas respondam melhor às mudanças no mercado, alavancando a sua adaptabilidade e reduzindo incertezas frente às mudanças ambientais (Foedermayr & Diamantopolous, 2008). Assim, entende-se que o posicionamento estratégico organizacional está ligado ao processo de definição da firma sobre o seu local de atuação, marca e imagem corporativa (Kotler, Manrai, Lascuc, & Manrai, 2018).

Combater desigualdades, debruçar-se sobre indicadores de empregabilidade e melhorias na produção e fornecimento de produtos tornam-se intuitos comuns a governos e empresas, as quais buscam ampliar oportunidades de trabalho, garantindo satisfatório fluxo econômico e de consumo em suas localidades. Tais questões de combate à desigualdade e de expansão de mercados com responsabilidade social passam por amadurecimento organizacional que visa a posicionar empreendimentos conforme prévias análises de planejamento e gestão estratégica voltadas ao alcance de vantagens competitivas.

Processos de aprendizagem organizacional perpassam por condicionantes e variáveis direcionadas aos impactos nos negócios; engajamento do setor público-privado; foco no indivíduo sob a perspectiva de parcerias; e manutenção de padrões – aspectos que demandam articulações e estudos sobre fornecedores de matéria-prima e fabricação e distribuição de produtos (Senge, Dow & Neath, 2006).

Nesse sentido, governos, empresas e organizações da sociedade civil podem colaborar mutuamente para favorecer melhores resultados organizacionais e consideráveis retornos socioeconômicos. Sobre o assunto, Costa e Camelo (2010) destacam que para ações de governança, a atuação integrada de variados atores, envolvendo o setor público e o setor privado apresenta-se como possibilidade de criação de novas parcerias e canais; de modo que tais ações favoreçam a interação entre setores e fomentem o desenvolvimento local.

O conhecimento e a aprendizagem fazem parte de processos territoriais os quais envolvem a sociedade (Moreira, Moraes, Hervas-Oliver & Laurentino, 2019). Desse modo, existe significativa importância nos exames entre recursos locais, concentração de atividade econômica e o contato pessoal impulsionado por proximidades geográficas (Bahlmann & Huysman, 2008).



Relacionar o protagonismo de empreendimentos e de seus segmentos com a temática do desenvolvimento e de atuação do Estado, possibilita inserir empresas em ambientes com vantagens competitivas, sobretudo, ao destacar potenciais locais e informações pertinentes sobre empreendimentos em capitais do Brasil.

### 2.3 Ambiente empreendedor nas capitais brasileiras

O empreendedorismo diz respeito à habilidade específica que faz com que as pessoas sintam e ajam considerando oportunidades, apresentando ideias e colocando-as em prática, de modo que possibilitem a criação de experiências únicas capazes de trazer algo novo para o mundo (Noruzi, Westover & Rahimi, 2010). No entanto, o ato de empreender não está condicionado essencialmente ao lucro e também não necessariamente à criação de invenções. Refere-se assim à percepção de oportunidade e à capacidade de criação ou de recriação – no âmbito do empreendedorismo – de reinvenção de novas formas de aplicação sobre o que já está disposto no mercado (Drucker, 1987), e pode ser visto como a pedra angular para a distribuição de riqueza, inserido em dinâmico processo de criação e de crescimento de empresas. Registra-se, portanto, que a compreensão sobre assunto envolve múltiplas variáveis e a criação de uma empresa impacta áreas ambientais e sociais, mormente ligadas ao desenvolvimento econômico (Coulibaly, Erbao & Mekongcho, 2018). O empreendedorismo impulsiona o desenvolvimento, tendo em vista que promove a geração de emprego e renda (Naudé, 2011).

Atraídos por oportunidades de mercado, empreendedores criam empresas. Nessas oportunidades, inserem-se as intervenções governamentais voltadas à criação de propício ambiente empreendedor (Devece, Peris-Ortiz & Rueda-Armengot, 2016). O comportamento governamental também alcança o comportamento externo do empreendedor, à medida que pode facilitar ou dificultar ações empreendedoras (Campos, Braga & Correia, 2018).

O crescimento efetivo das cidades se refere à elevação de indicadores econômicos e melhorias na qualidade de vida das pessoas, o que implica no aumento de indicadores sociais quando relacionado a períodos anteriores, e ao contínuo monitoramento dessas mudanças (Oleinik & Zakharova, 2019). O planejamento também diz respeito a ampliação de vantagens, considerando potencialidades de cada região, salientando, dessa forma, o caráter protagonista de estudos voltados às apreciações regionais, seus desafios e pontos fortes (Buffon & Moraes, 2019).

A atratividade da cidade e o favorecimento do crescimento econômico ocorre quando se consideram fatores ecológicos - danos à atmosfera e à água; fatores econômicos - renda per capita e correlação com a proporção de pessoas com renda inferior ao mínimo para subsistência; e fatores sociais - número de crimes registrados, mortalidade infantil, índices de habitação (Oleinik & Zakharova, 2019).

As relações de economia criativa e a medição do potencial de desenvolvimento dessas economias nas capitais federais brasileiras, no tocante ao potencial dessas regiões, consideraram as seguintes dimensões: a) atratividade; b) conectividade; c) empreendedorismo criativo; d)



ambiente cultural; e, e) talento. Para os supracitados fatores, os autores listaram as variáveis: qualidade da educação básica, capital humano, atratividade nacional e internacional, indicador de desenvolvimento humano e incentivo público. Observaram em seus resultados que existem desigualdades regionais relativas a potenciais de desenvolvimento voltadas para a economia criativa (Figueiredo, Jesus, Robaina & Couri, 2019).

Fatores como o desenvolvimento socioeconômico, o cenário aberto para negócios e cultura foram questões pontuadas como essenciais para o desenvolvimento de ambiente voltado à economia criativa nas capitais. As políticas públicas podem atuar como impulsionadoras de ações que visem o desenvolvimento (Figueiredo, Jesus, Robaina, & Couri, 2019).

Tais questões inserem as discussões sobre a relação entre Estado, empresas e sociedade em níveis de destaque no que se refere ao desenvolvimento de cada localidade e estratégias organizacionais. Fatores como concorrentes, tecnologia, fornecedores, aspectos sociais e econômicos dinamizam ainda mais esse processo.

### 3 METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como qualitativa, vez que apresenta diversas análises de fenômenos em variados cenários. Possui abordagem interativa, em que o propósito, a questão de pesquisa, o objetivo, o contexto conceitual e os métodos interagem regularmente (Maxwell, 1996), e flexível, pois, proporciona trabalhos que envolvem novos enfoques. Frisa-se, ainda, que pesquisas que assumem caráter qualitativo, podem comportar dados quantitativos, como no caso do censo ou de informações passadas sobre pessoas ou objetos observados, mas “o grosso é interpretativo”, o que quer dizer, que os aspectos específicos do problema investigado podem ser explicados (Godoy, 1995; Strauss & Corbin, 2014).

Moreira (2002) enfatiza que a pesquisa qualitativa é descritiva e não apenas espelha a realidade, mas “corporifica e reflete determinados propósitos e compromissos, além de envolver processos ativos de interpretação e produção de sentido” (Emerson, Fretz, & Shaw, 2001, p. 353), e tende a analisar seus dados indutivamente. Os sujeitos e ambientes investigados sofrem influências do contexto em que estão inseridos. Para esse entendimento, viabilizam mudanças nos processos que são dinâmicos e interativos e demandam análises multicausais. O rigor científico desta abordagem reside na capacidade de compreensão dos fenômenos ao possibilitar a correlação entre teorias e práticas (Yin, 2016), manifestada em interpretações de dados e em sua quantificação analítica.

Esta investigação fundamenta-se na descrição e análise de dados sobre a sociedade e o segmento empreendedor das capitais as capitais nordestinas (João Pessoa, Recife, Natal, Salvador, Fortaleza, Teresina, São Luiz, Aracajú e Maceió), e visa correlacionar informações, descrever dados econômicos e demais aspectos de emprego e renda, questões sociais e de saúde, de modo que seja possível diagnosticar a situação dessas capitais brasileiras quanto à administração e ao direcionamento dos empreendimentos associados aos níveis de concentração



por segmento e geração de recursos financeiros – na Agropecuária, Comércio, Construção Civil e Indústria.

O diagnóstico proposto inclui a classificação sistemática de capitais sobre as potencialidades socioeconômicas existentes, visando traçar o perfil de cada localidade ao identificar percentuais de segmentos de empreendimentos por região e avaliar possíveis aberturas ou crescimento de novos empreendimentos à luz do delineamento de cada metrópole avaliada. A análise compreende o período de 2007 a 2016, e ocorre a partir de consultas em variados portais de instituições ligadas aos três níveis de governo (municipal, estadual e federal) e/ou bancos de dados de relevantes instituições nacionais (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE; Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil; Portal do Micro Empreendedor; Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE; Núcleo de Inteligência Territorial – NIT; e, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE).

Quanto a consolidação, tabulação, associação e apresentação dos dados e procedimentos estatísticos básicos, adotou-se o programa Microsoft Excel®, o que possibilitou a elaboração de exames sobre cenários, divergências e ou similaridades de condições, elos e correlações entre indicadores e variáveis financeiras, PIB, população, renda per capita, indicadores sociais, indicadores de renda, empregabilidade e indicadores de saúde.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Aspectos socioeconômicos e de saúde nos municípios nordestinos

Brown, Cavusgil e Lord (2014) evidenciam que a atratividade de organizações por determinadas regiões considera fatores como estabilidade econômica, social e política, encaminhamentos governamentais e as suas visões de mercado, taxas de crescimento e competitividade, disponibilidade de recursos naturais, níveis de corrupção e inflação do país, além de indicadores de desenvolvimento humano. Sobre a matéria, apresentam-se informações sociais das capitais nordestinas (Tabela 1).

Ressalta-se, nesta etapa da pesquisa, fatores como densidade demográfica, Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – composto por dados de dimensões de renda, longevidade e educação (Atlas Brasil 2019) –, Índice de Gini, o qual mede a desigualdade entre as pessoas e varia de 0 a 1 – sendo que quanto mais próximo a 0, maior a situação de igualdade, quanto mais próximo a 1, maior a desigualdade e diferenças entre rendimentos de ricos e pobres (IPEA, 2019) –, além de valores referentes à população em percentual dos extremamente pobres ou pobres nestas capitais.

Assim, considera-se a premissa de que fatores sobre empreendimentos e demais diagnósticos em capitais brasileiras abarcam perspectivas multicausais, as quais interligam-se a diversas variáveis e características em cada localidade investigada. Nessa análise, tendo como exemplo Maceió, observa-se que mesmo sendo uma capital com número populacional mediano,

quando comparada às demais avaliadas, esse município apresenta o mais baixo IDHM (2010) e a menor taxa de população extremamente pobre (5,29%) e pobre (15,57%). Posto isso, analisar tais dados de maneira sistêmica viabiliza melhores avaliações e formas de ação sobre distintos cenários sociais nessas capitais.

Aplica-se nos casos em que o trabalho segue uma linha de desenvolvimento de assuntos contínuos, conforme a estrutura dada abaixo:

**Tabela 1: Dados Sociais**

Municípios	População Censo (2010)	Densidade Demográfica (hab/Km <sup>2</sup> )	População Urbana (2010)	IDHM (2010)	Índice de Gini	Pop. Extr. Pobres % (2010)	Pop. Pobres % (2010)
João Pessoa	723.515	3.421,28	720.785	0,763	0,62	3,48	11,59
Recife	1.537.704	7.039,64	1.537,704	0,772	0,68	4,77	13,20
Natal	803.739	4.805,24	803.739	0,763	0,61	2,92	10,50
Salvador	2.675.656	3.859,44	2.674.923	0,759	0,63	3,97	11,35
Fortaleza	2.452.185	7.786,44	2.452.185	0,754	0,61	3,36	12,14
Teresina	814.230	584,94	767.557	0,751	0,61	4,44	14,60
São Luiz	1.014.837	1.215,69	958.522	0,768	0,61	4,53	13,81
Aracajú	571.149	3.140,65	571.149	0,77	0,62	3,43	11,11
Maceió	932.748	1.854,10	932.129	0,721	0,63	5,29	15,57

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de dados IBGE (2019), Atlas Brasil (2019), DIEESE (2019).

Tratam-se, portanto, de variáveis que influenciam o rendimento organizacional em aspectos internacionais, regionais ou locais e, para melhorias, demanda relação sinérgica entre Estado e setor privado e organizações do terceiro setor. Tal entendimento, reforça as percepções e resultados de pesquisa, registrados por Senge, Dow e Neath (2006), sobre ações de parcerias entre multinacional, setor público e entidades não-governamentais, podendo-se constatar relações e reflexos em: a) impactos no nível macroeconômico e redução da pobreza; b) impactos no emprego; e c) reflexos na cadeia de valor do suprimento até a distribuição. Bourguignon e Botelho (2009) dizem que refletem em bons resultados a mútua e integrada atuação entre empresas, poder público e organizações não governamentais.

Os dados econômicos das capitais nordestinas (Tabela 2), manifestam distintos comportamentos no que se refere ao rendimento de cada capital, níveis de emprego e desemprego e poder aquisitivo da população. São estes os critérios considerados por investidores e empreendedores para a instalação ou manutenção de empresas de variados perfis ou segmentos de atuação.

**Tabela 2: Dados Econômicos**

Municípios	Renda Per Capita (2010) R\$	Pop. Urbana (2010)	% Pop. Urbana (2010)	PIB Per Capta 2018	Pop. Econ. Ativa (2010)	Pop. Econ. Ativa desocupada (2010)	Pop. Econ. Inativa (2010)
João Pessoa	964,82	720.785	99,62	23.345,93	347.255	50.329	128.321
Recife	1.144,26	1.537.704	100%	30.477,73	738.241	138.007	263.365
Natal	950,34	803.739	100%	24.890,54	391.715	57.705	135.229

Salvador	973,00	2.674.923	99,97%	20.796,62	1.404.827	250.115	338.003
Fortaleza	846,36	2.452.185	100%	23.045,09	1.187.436	131.976	442.623
Teresina	757,57	767.557	94,27%	22.597,68	395.997	54.481	127.873
São Luiz	805,36	958.522	94,45%	26.154,25	489.869	85.655	140.658
Aracajú	1.052,03	571.149	100%	25.717,68	277.233	44.463	91.529
Maceió	792,54	932.129	99,93	20.853,41	428.257	75.202	143.162

Fonte: Elaborada pelos autores, a partir de dados IBGE (2019), Atlas Brasil (2019), DIEESE (2019).

Com quantitativos populacionais tão discrepantes, municípios como Recife e Aracaju (Tabela 2), apresentam elevadas rendas per capita (2010), R\$1.144,26 e R\$1.052,03, respectivamente, quando comparadas com as demais capitais nordestinas. Sobre esses estudos, níveis de população economicamente ativa ou ativa desocupada, por exemplo, dinamizam interpretações e exigem do poder público e do setor privado perspicácia para atuação em ambientes complexos.

Os dados da saúde registram uma série de características distintas nos municípios nordestinos, a destacar percentuais de esgotamento sanitário adequado ou urbanização de vias públicas (Tabela 3). Sobre essas avaliações, capitais como Aracaju e Maceió apresentam diferentes percentuais, o que, por sua vez, podem modelar escolhas empreendedoras ou realinhar a atuação de segmentos organizacionais nesses ambientes.

**Tabela 3: Dados de Saúde**

Municípios	Esperança vida ao nascer (2010)	Esgot. Sanitário Adequado (2010) %	Urban. de vias públicas (2010) %	Mortalidade Infantil (2010) %	Mortalidade Infantil 2017 (por mil nascidos vivos)
João Pessoa	74,89	70,8	25,10	16,44	12,92
Recife	74,5	69,20	49,6	15,6	10,83
Natal	75,08	61,80	16,50	14,4	13,31
Salvador	75,1	92,80	35,00	14,9	14,56
Fortaleza	74,41	74,00	13,20	15,8	13,54
Teresina	74,22	61,60	5,80	16,13	16,49
São Luiz	73,76	65,40	11,70	18,1	17,36
Aracajú	74,36	87,20	55,40	15,6	17,2
Maceió	72,94	47,10	32,70	22	12,18

Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados IBGE (2019), Atlas Brasil (2019), DIEESE (2019).

Questões estruturais interligadas a dados de saúde também são fatores preponderantes ao desenvolvimento de empreendimentos. No tocante à governança, economia e sociedade, aspectos como infraestrutura, ambiente para os negócios e saúde são variáveis importantes a serem consideradas no planejamento estratégico organizacional para instalação, manutenção ou expansão de específicos negócios (Kotler, Manrai, Lascuc, & Manrai, 2018).

#### 4.2 Distribuição de empresas por segmentos nas capitais nordestinas

Nas capitais nordestinas, destaca-se o setor de Agropecuária, Comércio, Construção Civil e Indústria. Sobre essas análises, a partir da classificação estabelecida pelo SEBRAE sobre o setor de Agropecuária, expresso na Figura 1, as capitais Salvador–BA e Recife–PE, apresentam maior participação. Em 2014, Salvador contava com 947 empresas, e 773 em 2013; mesmo apresentando continuidade de crescimento, Recife manteve 618 empresas atuantes na sua

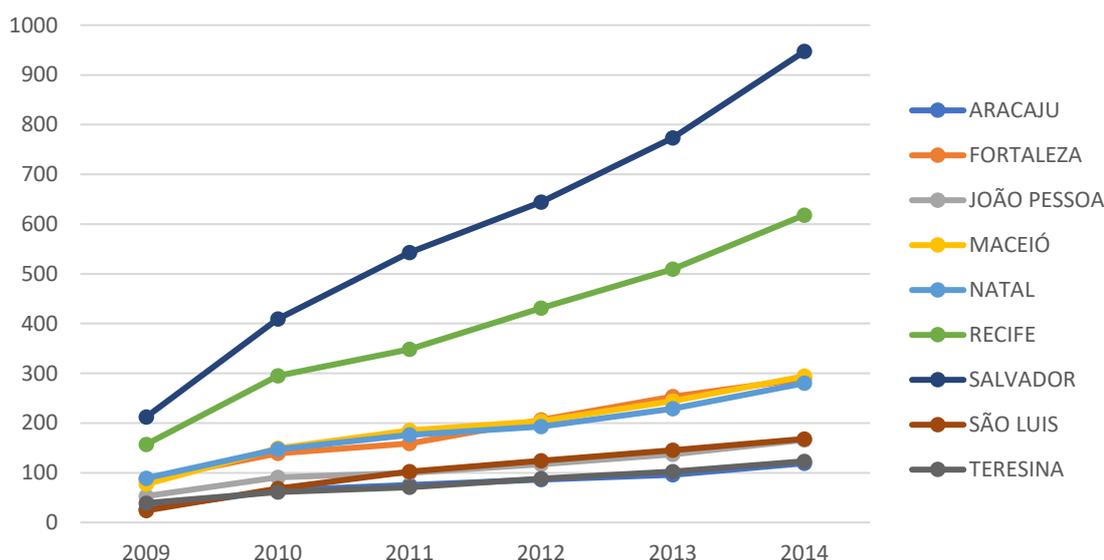


capital em 2014, e 509 em 2013. Tais capitais se destacam, quando comparadas a outros municípios neste segmento.

Atentando-se para o período de 2009 a 2014, capitais como Natal, Teresina e João Pessoa apresentaram o quantitativo de empresas que variou dentre 100 empreendimentos em 2009, e 280 em 2014. Excetuando-se os municípios de Salvador e Recife, as demais capitais avaliadas concentraram seus números de empresas nesta faixa de análise, até 294 empreendimentos.

Sobre as demais capitais avaliadas, Maceió foi a que apresentou a maior número de empresas nesse segmento, 294, em 2014. No que se refere ao âmbito da Agropecuária, evidenciam-se as disparidades de empresas dentre os municípios nordestinos. Nesse sentido, sobre as variáveis que influenciam as decisões nos negócios, Kotler, Manrai, Lascuc e Manrai (2018) esclarecem que a variável Distâncias, apresenta como características: 1) distância de desenvolvimento socioeconômico; 2) distância cultural e histórica; e 3) distâncias geográficas, impeditivos para o desenvolvimento de cadeia industrial.

A posição geográfica de capitais como Salvador, bem como a estrutura portuária e a posição estratégica para manutenção da cadeia produtiva e seu escoamento, podem constituir-se como fatores impulsionadores à instalação dessas empresas na capital Recife. Tais fatores podem influenciar disparidades no número de empresas de específicos setores e, por sua vez, refletirem na produção econômica, no quantitativo de empresas em cada localidade e em reduções arrecadatórias.



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do SEBRAE, (2021).

**Figura 1: Agropecuária**

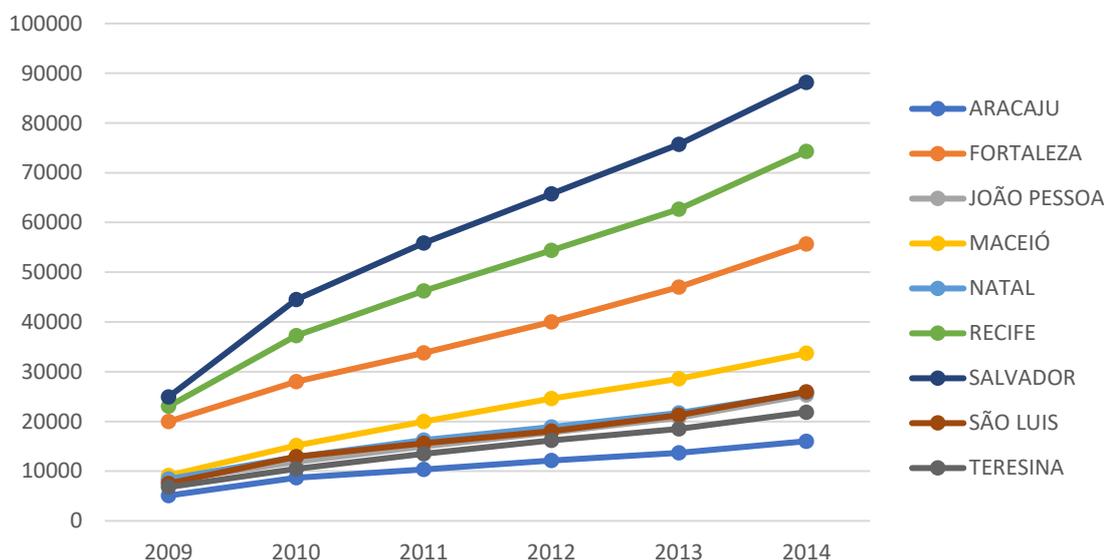
No tocante à análise sobre o segmento Comércio e Serviço, na Figura 2, as maiores capitais – Salvador, Recife e Fortaleza –, em termos de população e densidade demográfica,

apresentam os números mais elevados de empreendimentos no supracitado segmento. Sobre isso, considerando o contínuo crescimento de empresas em cada município avaliado, destaca-se a capital Salvador, a qual compreendia 44.526 empreendimentos em 2010, chegando a 88.156 empresas em 2014.

A disparidade se acentua quando se avaliam municípios como Aracaju, Natal, Teresina, São Luís e João Pessoa, por exemplo, Figura 2. Fatores como renda per capita, níveis de empregabilidade e ou a inserção de capital estrangeiro nos mercados locais podem ser medidas que aqueçam ou desestimulem empreendimentos nessas regiões.

Sobre essa discussão, havendo excesso de capacidade de determinado segmento, as organizações podem procurar auxílio do governo para que concorrentes mais fracos – que obtêm baixos níveis de lucro ou retornos negativos sobre o montante investido – saiam do mercado, desestimulando a concorrência estrangeira de determinado segmento (Porter, 1979).

Tributos inesperados e instabilidades de políticas econômicas, configuram-se como ações governamentais que podem afetar negativamente a expansão organizacional. Mais uma vez, é fortalecida a busca por parcerias públicas e privadas de modo a garantir o desenvolvimento e a atuação de mercados nacionais e ampliar as oportunidades de bens, serviços e consumo com qualidade à sociedade (Kotler, Manrai, Lascuc, & Manrai, 2018).



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do SEBRAE, (2021).

**Figura 2: Comércio e Serviço**

Ressalta-se que questões estruturais, relativas ao estabelecimento das organizações, perpassam por características que versam sobre fatores tributários e demais impostos, renda e capacidade de compra dos possíveis clientes de novos produtos ou serviços. No que se refere à

temática da Construção Civil, tem-se que as capitais Salvador e Recife apresentam os maiores números de empresas nesse segmento.

As duas capitais contam com elevada densidade demográfica, com destaque para a renda per capita (2010) de Salvador, R\$ 973,00, e de Recife, R\$ 1.144,26 (Tabela 2). O protagonismo de cidades de grande porte e seu crescimento nesse segmento, sobretudo, no que se refere aos anos de 2010 a 2014, correlaciona-se com fatores de empregabilidade e demais indicadores que favoreçam o desenvolvimento do segmento nestas localidades.

No caso dos dados relacionados aos indicadores econômicos (Tabela 2), tem-se que Salvador e Recife, cidades que apresentaram os maiores índices de empresas no segmento em questão, tinham como população economicamente ativa em 2010, 1.404.827 e 738.241 pessoas, respectivamente.

Neste ponto, enfatiza-se que níveis de renda e de empregabilidade são relevantes condições para o desenvolvimento da construção civil. Soma-se, ainda, à importância do poder aquisitivo da população, a capacidade governamental de fornecimento de créditos e financiamentos, com a finalidade de ampliação de possibilidades para relacionamento entre potenciais compradores e empresários, aquecendo assim todo o mercado interligado a este segmento.

Os indicadores macroeconômicos PIB per capita, taxa de desemprego, medidas ligadas à logística, à infraestrutura, e ao ambiente das regiões ao desenvolvimento de negócios e eficiência de mercado, são características intensificadoras ou inibidoras de processos de desenvolvimento (Kotler, Manrai, Lascuc, & Manrai, 2018).

Visando correlacionar o nível do poder de compra (renda per capita 2010) da população de São Luís, Teresina e Maceió, com os dados destacados na análise sobre Construção Civil (Tabela 2) tem-se, R\$805,36, R\$757,57 e R\$792,54, respectivamente. Observa-se que, além do porte do município e de seus índices de empregabilidade, aspectos relacionados à capacidade financeira e ao aquecimento do mercado na região, influenciam a expansão ou retração de empresas no mercado da construção civil, dinamizando o comportamento de criação ou extinção de empresas nesse segmento.

Sobre os dados de empresas do segmento Construção Civil, no período de 2009 a 2014, destaca-se o acentuado crescimento da capital Salvador, a qual possuía em 2009, 2.201 empreendimentos, chegando 9.964 empresas em 2012, e alcançando em 2014, 14.438 empresas. A capital Recife é a segunda de maior destaque, ao apresentar 1.594 empreendimentos em 2009, 5.948 em 2012, e 9.444 em 2014. As demais capitais nordestinas possuem empreendimentos na área da Construção Civil que variam de 447 em 2009 a 5.447 empresas em 2014. Tem-se, portanto, o pujante nível de crescimento do segmento Construção Civil para as capitais Salvador e Recife, comportamento que não se repete com similar intensidade sobre as demais capitais avaliadas.

O quantitativo de empresas voltadas ao setor da Indústria, destaca-se nas maiores capitais, considerando o universo avaliado. Conforme dados da análise, os municípios de



Salvador, Recife e Fortaleza, são os que concentram o maior número de indústrias. Nessas capitais, com crescimento constante durante toda a faixa avaliada, ressalta-se o protagonismo da capital Salvador em 2009, com 3.877 empresas, alcançando 11.332 empreendimentos em 2010, e tendo 26.446 em 2014. Recife e Fortaleza apresentam, respectivamente, 4.485 e 5.547 empreendimentos em 2009, 16.413 e 14.551 empresas, em 2012, e 23.324 e 21.820 em 2014, valores de destaque quando comparados com as demais capitais examinadas.

O distanciamento dessas três capitais para os demais municípios avaliados, assevera a atração de empresários para a instalação de empresas nessas localidades. Sobre o segmento Indústria, as outras capitais objeto de análise, dentre 2009 a 2014, variaram de maneira contínua e crescente – 807 empresas em 2009, caso de São Luís, a 7.617 empreendimentos em 2014, número de empresas em Natal. Níveis de impostos, consideráveis ofertas de mão de obra, disponibilidade de recursos naturais destinados a setores específicos, incentivos e isenções fiscais, área geográfica de atuação e posição estratégica para escoamento da produção ou manutenção de fluxos logísticos podem ser fatores que contribuam para a instalação desses empreendimentos.

Incorpora-se a essa discussão, dimensões como Governança, Economia, Operações e Sociedade, referentes aos processos de tomada de decisão nos negócios: aspectos logísticos, demográficos, educacionais, taxas de desemprego e infraestrutura são características que apresentam densidade nas decisões organizacionais (Kotler, Manrai, Lascuc & Manrai, 2018).

A proximidade a outras empresas, que, de alguma forma, atuam no abastecimento de insumos ou manutenção de específicos segmentos, também podem ser pontos que favoreçam processos de escolhas e instalação de organizações em determinadas capitais. Porter (1979), referindo-se à “como as forças competitivas moldam as estratégias”, argumenta que referente à ameaça de novos entrantes, dentre as principais barreiras à entrada, tem-se a Política Governamental, uma vez que ela pode desempenhar relevante papel regulatório, incentivando setores ou desestimulando a entrada de indústrias em mercados específicos. A criação de padrões, e demais exigências ambientais ou econômicas, constituem-se como quesitos a serem considerados.

As escolhas e definições sobre o local de instalação e atuação empresarial nos diversos segmentos avaliados apresentam explicações multicausais, as quais perpassam por indicadores econômicos em cada região, poder de compra, renda e graus de empregabilidade. Novas empresas são relevantes fontes de retornos econômicos e sociais, por meio da geração de emprego, inovação e dinamismo na economia. Considerando esses benefícios, governos atuam sobre este ambiente (Campos, Braga & Correia, 2018).

Fatores estruturais, de saúde e sociais, também possibilitam níveis de influência, ao promoverem o desenvolvimento de determinado segmento ou o desestímulo de algum setor. Torna-se importante elaborar políticas públicas que visem à geração de vínculos de negócios duradouros (Bourguignon & Botelho, 2009) para que se intensifique a participação do governo no direcionamento de políticas que favoreçam específicos setores produtivos e alavanquem a economia.

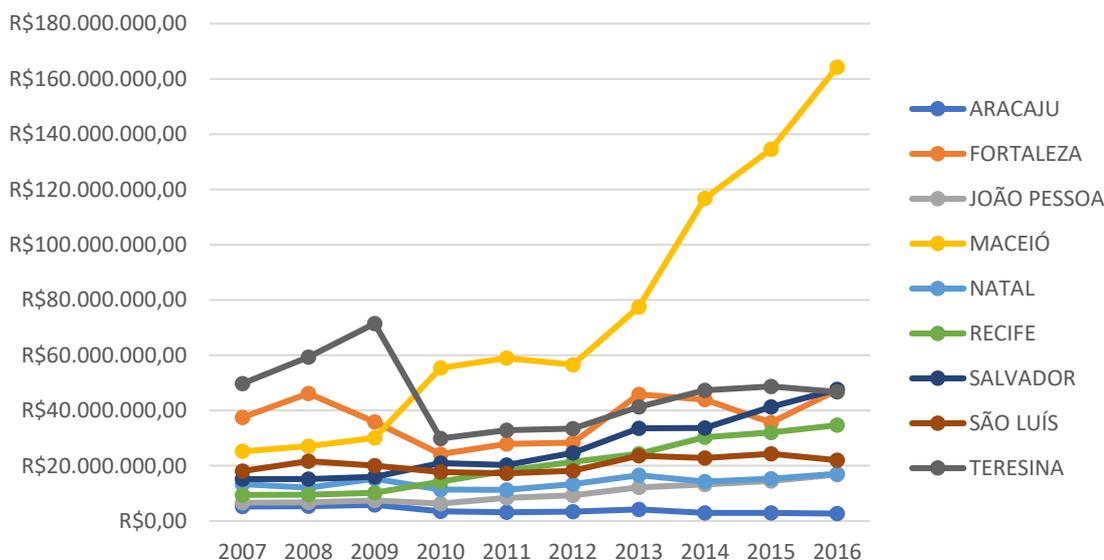


### 4.3 Apresentação do PIB por setor nas capitais nordestinas: classificação por segmentos presentes em cada localidade

Considerando-se que o PIB corresponde à soma de todas as riquezas produzidas por determinados setores, tais como Agropecuária, Comércio e Serviço, Indústria e Setor Público, constata-se relevantes diagnósticos sobre as arrecadações financeiras de cada segmento. Trata-se de quantitativos que apresentam o vigor ou a incipiência de determinadas áreas em capitais distintas. As relações entre iniciativa privada e poder público, ou ainda, no direcionamento de políticas públicas que estimulem específicos setores, apresentam-se como um processo analítico capaz de auxiliar o desenvolvimento dessas localidades.

No que se refere ao PIB Agropecuária, Figura 3, por mais que Maceió tenha número reduzido de empresas neste segmento (quando comparado com Salvador e Recife - Figura 1), destaca-se o PIB de R\$164.315.015,00, em 2016, com significativos valores desde 2013. Ressalta-se que mesmo considerando a baixa quantidade de empresas atuando neste segmento na capital Maceió, a incidência da participação arrecadatória das companhias demonstra a importância do setor e sua relevância financeira para a capital.

Francisco (2019) argumenta que a Agropecuária é essencial para essa região. Maceió e o estado de Alagoas se destacam no cultivo de feijão, mandioca, banana, abacaxi, laranja, algodão e fumo. O estado também possui rebanhos bovinos, equinos, caprinos e ovinos. Fatores como esses tendem a explicar o elevado PIB dessa capital no setor, que registra exponencial e contínuo crescimento de 2012 a 2016. Neste quesito, as demais capitais estudadas têm sua concentração de PIB por setor, inferiormente centrado entre R\$60.000.000,00 e R\$2.679.180,00, quando comparado aos anos de 2010 a 2016 – comportamento inverso ao vivenciado pela capital Maceió nesse mesmo período.



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do SEBRAE, (2021).

Figura 3: PIB Agropecuária

No que concerne à faixa temporal de análise estendendo-se de 2007 a 2016, vale ainda destacar sobre o PIB Agropecuária, a concentração das demais capitais, chegando a valores de R\$71.445.260,00, em 2009, no município de Teresina. Os demais municípios avaliados concentraram seus PIB entre valor alcançado por Teresina em 2009 até a faixa de R\$2.679.180,00, registrado por Aracaju em 2016. Salienda-se, ainda, que mesmo havendo concentração e PIB com oscilações crescentes ano a ano avaliado, a capital Aracaju, apresenta tendência inversa, obtendo R\$3.547.706,00 do PIB em 2010, R\$3.110.158,00 em 2011, R\$4.162.798,00 em 2013, decrescendo seus valores até 2016.

Políticas locais, desincentivos estatais, mudanças estratégicas fomentadas por empreendedores do setor agropecuário, ou redirecionamentos deste segmento na capital Aracaju, podem ser alguns dos fatores que acarretaram o decréscimo do PIB neste município. Tal comportamento não se repete com a mesma intensidade com os demais municípios vistos, destacando-se nessa análise, a capital Maceió, a qual evidencia os maiores índices do PIB sobre os períodos estudados.

O PIB Comércio e Serviço demonstram a liderança das capitais Salvador, Fortaleza e Recife na respectiva arrecadação, tendo os maiores valores arrecadatórios brutos, chegando em 2016 a R\$37.381.011.967,00, R\$35.008.332.715,00 e R\$29.628.615.152,00, respectivamente. As três capitais, durante todo o período avaliado, de 2007 a 2016, mantiveram índices de arrecadação superiores aos outros municípios pesquisados. Destaca-se que Salvador, Fortaleza e Recife possuíam, respectivamente, os seguintes valores arrecadatórios em 2007, R\$16.063.486.840,00, R\$13.778.029.270,00 e R\$11.477.153.290,00.

Na série de análise, todas as capitais mantiveram arrecadações crescentes durante o período. No entanto, ressalta-se que a discrepância arrecadatória das capitais Salvador, Fortaleza e Recife ante aos outros municípios, se acentua no decorrer do período avaliado. As demais metrópoles analisadas, em 2007 detiveram arrecadação entre R\$3.345.526.700,00, a exemplo de Teresina, e R\$6.561.449.540,00, no caso de São Luís. Entre os períodos de 2012 e 2016, excetuando-se Salvador, Fortaleza e Recife, os municípios apresentaram PIB na faixa de R\$5.000.000.000,00 e R\$14.332.676.999,00, valores próximos apenas àqueles iniciais, em 2007, divulgados pelos três municípios com maior arrecadação.

Os dados registrados sobre o PIB Comércio e Serviço expressam o potencial aferido pelo PIB nestes municípios, sobretudo nas capitais Salvador, Fortaleza e Recife, advindos do setor de comércio e serviço.

Merece destaque, o fato de a capital Recife – sendo a terceira cidade mais populosa entre as avaliadas, conforme o Censo 2010 (Tabela 1), possuir, de acordo com os dados sobre Comércio e Serviço, em 2013, 62.646 empresas destinadas ao comércio e serviço, e em 2014, 74.305 empresas nessa área, ocupando a segunda posição entre as capitais – 1ª Salvador e 3ª Fortaleza – , com maior número de empresas no segmento de comércio e serviço. No tocante à Comércio e Serviço, essa tendência de crescimento do PIB por setor não permanece, e Recife, considerando



todo o período avaliado, ocupa a terceira posição – 1ª Salvador, 2ª Fortaleza - entre os maiores valores de PIB por segmento.

Cabe registrar, sobre os dados econômicos, que a capital de Pernambuco apresenta a maior renda *per capita*, R\$1.144,26 (Tabela 2). Também, informações referentes aos dados sobre saúde (Tabela 3), apesar de possuírem relevantes informações sobre os cenários locais, não apresentam condição direta entre os valores de arrecadação do PIB por setor e melhorias nos serviços de saúde, vez que, o município de Aracaju obteve nos fatores como, esgotamento sanitário adequado e urbanização de vias públicas, em 2010, 87,20% e 55,40% de suficiência, respectivamente. No quesito PIB por setor, Aracaju apresenta os menores valores, tendo em 2014 um PIB de R\$8.134.915.271,00, próximo aos valores obtidos por Teresina e João Pessoa.

Mesmo sendo menor o quantitativo de empresas no segmento comércio e serviço na capital Fortaleza, comparado à Recife (Comércio e Serviço), a incidência de geração financeira de PIB da capital cearense, em muito supera os valores do PIB apresentados por Recife. Esse comportamento pode ser justificado pela superior participação de polos fabris e de comércio na capital cearense, sendo Recife, mais um receptor, importador ou exportador de produtos. A pujança comercial e de serviços de Fortaleza pode relacionar-se ao seu maior número de habitantes e de empresas de maior porte e arrecadação.

Tais perspectivas e investigações reforçam o entendimento apontado Bahlmann e Huysman (2008) sobre a importância de conciliar recursos em localidades específicas, atuar conjuntamente próximo de atividades econômicas interdependentes ou correlatas, e dirigir negócios favorecidos por posicionamentos geográficos que ampliem contatos entre essas organizações. São, portanto, posturas estratégicas que maximizam possibilidades de crescimento nos negócios.

O setor da indústria é marcado por oscilações econômicas, estímulos governamentais e diversificadas posturas de mercado. Considerando o período avaliado de 2007 a 2016, conforme Figura 4, o PIB Indústria reflete períodos de maior arrecadação concentrados entre 2014, em Salvador com R\$ 9.204.671.231,00, e 2016, em Fortaleza, com R\$ 9.060.367.786,00. Ressaltam-se oscilações no cenário de arrecadação do setor, sobretudo, entre 2014 e 2016, enfrentados por capitais maiores, como Recife e Salvador. Com comportamento inverso, a capital São Luís superou o segundo ano de queda no PIB, para o período avaliado, pois em 2009 chegou a R\$2.648.342.910,00, e em 2013 obteve arrecadação de R\$ 4.905.638.193,00, voltando a crescer em 2014 e 2015, alcançando R\$6.098.153.894,00 neste último ano.

O município de Fortaleza apresenta progresso contínuo de arrecadação em todo o período de observação. Ressalta-se que a capital Recife, com o terceiro melhor índice de arrecadação (Salvador e Fortaleza apresentam os melhores índices) para todo o período avaliado, obteve acentuado crescimento arrecadatório do PIB no setor da Indústria, Figura 4. Mantendo crescimento inconstante e inferior à Salvador e Fortaleza, no conjunto anual do PIB Indústria, destaca-se que em 2013, Recife apresentou arrecadação de R\$7.732.631.535,00, maior valor para o período pesquisado. Após os anos de crescimento, de 2007 a 2013, o PIB de Recife sofreu sucessivas quedas em 2014, 2015 e 2016, sendo R\$7.205.913.509,00, R\$6.760.582.990,00 e

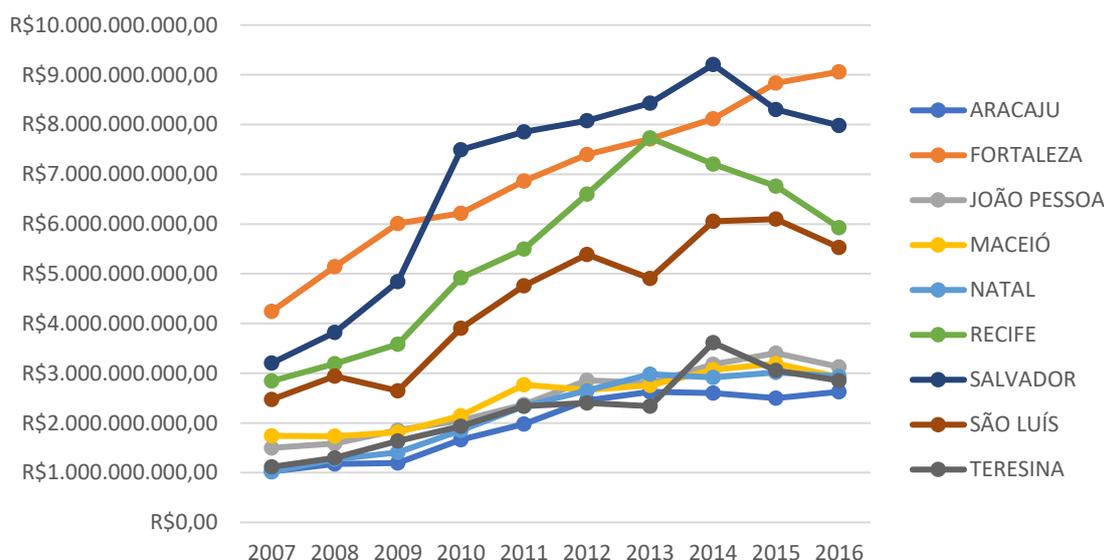


R\$5.929.707.869,00, respectivamente. Essa tendência de queda, a partir de 2014, reflete-se com menor intensidade em municípios como Salvador e São Luís, no entanto, reitera-se o caminho ascendente e contínuo de crescimento da capital Fortaleza.

Atitudes estatais locais, como isenções fiscais, estratégias de desenvolvimento favoráveis as tomadas de decisões no estado do Ceará voltadas ao setor da Indústria, ou a maior atuação de empreendedores ou investidores na capital Fortaleza podem se configurar como potencializadores para os níveis de arrecadação do PIB Indústria nesse município.

Todos os demais municípios, como Maceió, Natal, Teresina e Aracaju, concentraram suas arrecadações entre R\$1.000.000.000,00 e R\$4.000.000.000,00. Observa-se que mesmo atentando para os variados portes das capitais, no que se refere ao PIB do setor da Indústria, em toda a faixa temporal pesquisada, a capital São Luís se diferencia em termos arrecadatários dos demais municípios avaliados: Natal, Aracaju, Maceió e João Pessoa. Sobre o protagonismo dessa capital, destaca-se que São Luís apresentava em 2010, conforme dados do último Censo 2010 - IBGE (2019), uma população economicamente ativa de 489.869 pessoas, 68,40%, o terceiro melhor índice dentre as capitais avaliadas, atrás de Teresina (2º lugar com 68,50%) e Salvador (1º lugar com 70,50%).

Tais estudos, fortalecem os pressupostos apresentados por Kotler et al. (2018), ao registrarem que empresas visam atuar em promissores mercados e expandir os seus negócios. Como características desse processo, tem-se: a) a abertura de mercado a determinados segmentos; b) considerações quanto ao aumento do PIB; e c) análises quanto ao nível de poder de compra da população. São, portanto, variáveis e fatores considerados para a instalação e atuação de organizações em determinadas regiões.



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir de dados do SEBRAE, (2021).

Figura 4: PIB Indústria

No que diz respeito ao volume do Produto Interno Bruto advindo do setor público, como consta no PIB Setor Público, verifica-se que os maiores, dentre a faixa temporal pesquisada, de 2007 a 2016, são os das capitais Fortaleza, Salvador e Recife, as quais alcançaram, em 2016, R\$8.020.931.834,00, R\$7.880.069.262,00 e R\$6.143.514.387,00 de arrecadação e se destacaram dentre todo o período avaliado.

Fortaleza, Salvador e Recife são os municípios com maiores arrecadações de PIB setor público, tendo em 2007, respectivamente, os PIB de R\$2.900.627.620,00, R\$2.684.996.470,00 e R\$2.467.108.550,00. As demais capitais, objeto desta investigação, apesar de todas também apresentarem crescimento contínuo para os valores de arrecadação do PIB no supracitado segmento, durante todo o período avaliado, possuíram valores de arrecadação menores.

Em ritmo mais lento, mas crescente, os demais municípios pesquisados apresentam aumentos na produção interna bruta decorrente de atuações do setor público. Os seus valores centralizam-se entre R\$1.008.958.630,00 a R\$3.849.761.909,00, tendo como exemplo, Teresina e Natal, respectivamente, capitais com menor número de habitantes e níveis de população economicamente ativa (Tabela 2), inferiores aos valores apresentados por Fortaleza, Salvador e Recife, no PIB Setor Público.

As participações da gestão pública e do governo assumem importante função social e econômica em cada localidade avaliada. Observa-se que o Estado, por meio do PIB gerado pelo setor público – estatais e relações público-privadas, por exemplo -, passa a ser o ente que fomenta o crescimento por meio da coordenação, incentivo e direcionamento de políticas públicas. A partir da frutífera relação entre Estado e setor produtivo, comércio e serviços, é que se possibilita identificar consistentes avanços sociais e econômicos no país.

Em economias emergentes, a participação do Estado se torna fundamental para a elaboração de vínculos e o aprofundamento de negócios (Bourguignon & Botelho, 2009). Portanto, fomentar e estreitar o relacionamento entre empresas, fornecedores e demais atores que compõem os processos de desenvolvimento, pode ser um relevante estímulo para a economia e ampliação de capacidades locais, potencializando compradores e produtores.

## 5 CONCLUSÃO

Empreendimentos nas capitais nordestinas brasileiras possuem diferentes níveis de desempenho. As alterações no comportamento empreendedor e na forma de como as empresas multiplicam ou retraem investimentos impulsionam as análises sobre perfis realizadores e sobre pontos fortes e fracos de cada região.

O poder público, que dispõe da capacidade de influenciar, estimular ou desestimular setores, podem encaminhar políticas públicas de modo que as potencialidades locais sejam afloradas, visando o desenvolvimento regional e melhoria da qualidade de vida, nos aspectos sociais, econômicos, de saúde e respectivos indicadores.



As análises realizadas permitiram responder ao problema de pesquisa e ao objetivo do estudo, ao verificar que o cenário empreendedor pode ser identificado nas capitais nordestinas, ou seja, pode ser percebido através do fortalecimento dos empreendimentos atuais e na potencialização dos novos investimentos.

Diante dos dados relativos aos fatores socioeconômicos e de saúde, bem como, ao número de segmentos (Comércio e Serviço, Construção Civil e Indústria) de cada região analisada e sua geração de PIB por setor, os resultados revelaram uma pluralidade de áreas e atuações que necessita de atenção e incentivos públicos e privados, com destaque para as metrópoles Salvador, Fortaleza e Recife.

Não obstante, dentre os resultados alcançados, destaca-se que a quantidade de empresas atuantes em determinadas capitais não é fator determinante no que diz respeito aos índices de geração de Produto Interno Bruto. Maceió, por exemplo, cujo número de firmas relacionadas ao segmento da Agropecuária não aparece entre as três maiores metrópoles no período avaliado, mostra sua elevada participação no setor, apresentando maior geração de PIB. Constatou-se ainda, que cada capital analisada possui potencialidades que podem ser exploradas e incentivadas, se consideradas suas estratégias, sua logística e recursos.

Como relevância acadêmica e organizacional, esta pesquisa estimula a realização de diagnósticos sobre as circunstâncias nas quais ocorrem os empreendimentos nas capitais nordestinas, incita uma melhor compreensão acerca dos diferentes tipos de investimentos, se atuais e potencias, instiga a geração de estratégias de desenvolvimento e a redução das desigualdades sociais, por meio da geração de emprego e renda, do aumento de índices econômicos, da arrecadação tributária, e, posteriormente, encoraja maiores investimentos estruturais nos municípios envolvidos.

A pesquisa apresentou entre suas limitações, o fato de ter considerado apenas capitais nordestinas, deixando até mesmo de conhecer o efeito do cenário empreendedor dos municípios do entorno de cada capital, denominada região metropolitana, que absorve e reflete, direta ou indiretamente, os resultados dos investimentos realizados.

Não obstante as limitações, novos estudos podem ser desenvolvidos sobre a atuação empreendedora nas capitais das demais regiões do país, e mesmo nas capitais nordestinas, abrangendo os municípios limítrofes, seus reflexos em indicadores econômicos, e como esses, por sua vez, influenciam a abertura ou extinção de empreendimentos, e como impactam nos índices de arrecadação tributária e no comportamento do poder público junto aos interesses sociais, tais como à saúde, à educação, à habitação, à dignidade da pessoa, dentre outros.

## 6 REFERÊNCIAS

Atkinson, P., Coffey, A., Delamont, S., Lofland, J., & Lofland, L. (2001). *Handbook of Ethnography*. London: Sage, 352-369. doi:10.4135/9781848608337



- Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. 2019. Recuperado em 19 de novembro, 2019, de <http://www.atlasbrasil.org.br/>
- Baggenstoss, S. & Donadone, J. C. (2013). Empreendedorismo social: reflexões acerca do papel das organizações e do estado. *Gestão e Sociedade*, 7(16), 112-131. doi.org/10.21171/ges.v7i16.1605
- Bahlmann, M. D., & Huysman, M. H. (2008). The emergence of a knowledge-based view of clusters and its implications for cluster governance. *The Information Society*, 24(5), 304-318. doi.org/10.1080/01972240802356075
- Bourguignon, M. F. M., & Botelho, D. (2009). Vínculos de negócios entre grandes empresas compradoras e pequenos fornecedores locais: implicações para políticas públicas e desenvolvimento. *Revista de Administração Pública - RAP*, 43(6), 1407-1434. doi.org/10.1590/S0034-76122009000600009.
- Brown, C. L., Cavusgil, S. T., & Lord, A. W. (2014). Country risk measurement and analysis: A new conceptualization and managerial tool. *International Business Review*, 24(2), 246-265. doi.org/10.1016/j.ibusrev.2014.07.012
- Buarque, S. C. (2008). *Construindo o desenvolvimento local sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Buffon, G., & Moraes, M. L. (2019). Potencial de desenvolvimento econômico: um estudo para a mesorregião do Sudoeste do Paraná. *Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento*, 8(2), 170-196. doi.org/10.3895/rbpd.v8n2.7988
- Campos, J., Braga, V., & Correia, A. (2018). Public policies for entrepreneurship and internationalization: Is there a government reputation effect? *Journal of Science and Technology Policy Management*, 10(4), 975-995. doi.org/10.1108/JSTPM-04-2018-0044
- Costa, L.F.L.G., Camelo, G.L.P. (2010). Gestão pública participativa: aspectos de governabilidade e interação político-social. *Holos*, 26(2), 131-141. Recuperado em 11 de setembro, 2021, de: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/327/330>
- Coulibaly, S. K., Erbao, C., & Mekongcho, M. T. (2018). Economic globalization, entrepreneurship, and development. *Technological Forecasting & Social Change*, 127, 271-280. doi.org/10.1016/j.techfore.2017.09.028
- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. 2019. Recuperado em 19 de novembro, 2019, de <https://www.dieese.org.br/>
- Devece, C., Peris-Ortiz, M., & Rueda-Armengot, C. (2016). Empreendedorismo durante a crise econômica: fatores de sucesso e caminhos para o fracasso, *Journal of Business Research*, 69(11), 5366-5370. doi.org/10.1016/j.jbusres.2016.04.139



- Drogendijk, R., & Martín, O. M. (2014). Relevant dimensions and contextual weights of distance in International business decisions: Evidence from Spanish and Chinese outward FDI. *International Business Review*, 24(1), 133–147. doi.org/10.1016/j.ibusrev.2014.07.003
- Drucker, P. F. (1987). *Inovação e espírito empreendedor (entrepreneurship): prática e princípios*. São Paulo: Pioneira.
- Drucker, P. F. (1998). *Introdução à administração*. São Paulo: Editora Pioneira.
- Emerson, R. M., Fretz, R.I., & Shaw, L. L. (2001). Participant observation and fieldnotes, in *Handbook of Ethnography*. doi.org/10.4135/9781848608337.n24
- Figueiredo, J. L., Jesus, D. S. V., Robaina, D. T., & Couri, C. L. (2019). The development potential index of creative economy for Brazilian federal state capitals, *Creative Industries Journal*, 12(2), 185-203. doi.org/10.1080/17510694.2019.1610344
- Foedermayr, E. K., & Diamantopolous, A. (2008). Exploring the construct of segmentation effectiveness: Insights from international companies and experts. *Journal of Strategic Marketing*, 16(2), 129–156. doi.org/10.1080/09652540801981579
- Francisco, W. C. *A economia de Alagoas*, Brasil Escola. Recuperado em 21 de novembro, 2019, de <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/a-economia-alagoas.htm>
- Godoy, A. S. (1995). Pesquisa qualitativa – Tipos Fundamentais. *Revista de Administração de Empresas*, 35(3), p. 20-29.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. 2019. Recuperado em 24 de novembro, 2019, de <https://cidades.ibge.gov.br/>
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA. 2019. Recuperado em 25 de novembro, 2019, de <http://www.ipea.gov.br/portal/>
- Kotler, P., Manrai, L. A., Lascuc, D., & Manrai, A. K. (2018). Influence of country and company characteristics on international business decisions A review, conceptual model, and propositions. *International Business Review*, 28(3), 482-498. doi.org/10.1016/j.ibusrev.2018.11.006
- Kotter, J. P., & Schlesinger, L. A., Choosing Strategies for Change. *Harvard Business Review*. Recuperado em 15 de outubro, 2019, de <https://hbr.org/1979/03/choosing-strategies-for-change-2>
- Kumar, V. A., Stam, & Joachimsthaler, E. A. (1994). An interactive multicriteria approach to identifying potential foreign markets. *Journal of International Marketing*, 2(1), 29–52. doi.org/10.1177/1069031X9400200103
- Maxwell, J. A. (1996). *Qualitative research design: an interactive approach*. Thousand Oaks, CA: Sage.



- Mintzberg, G. (1998). A criação artesanal. In C. Montgomery & M. E. Porter (Orgs), *Estratégia*. São Paulo: Campos.
- Montgomery, C. A., Porter, M. E. (1998). *Estratégia: a busca da vantagem competitiva*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Moreira, D. A. (2002). *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson.
- Moreira, V. F., Moraes, W. F. A., Hervas-Oliver, J. L., & Laurentino, S. B. B. (2019). Concentração geográfica de empresas e os recursos de relacionamento em nível horizontal. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 21(4), 706-721.
- Nascimento, M. D. L., & Alves, M. B. (2015). Competências do Administrador: um estudo comparativo entre a percepção da academia e do mercado. *XII SEGeT - Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia*, Resende, RJ, Brasil. Recuperado em 16 de janeiro, 2020, de: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos15/3223.pdf>
- Naudé, W. (2011). O empreendedorismo não é uma restrição vinculativa para o crescimento econômico e desenvolvimento nos países mais pobres. *World Development*. 39(1), 33-44. doi.org/10.1016 / j.worlddev.2010.05.005
- Noruzi, M. R., Westover, J. H., & Rahimi, G. R. (2010). An exploration of social entrepreneurship in the entrepreneurship era. *Asian Social Science*, (6)6, 3-10. doi.org/10.5539/ass.v6n6p3
- Oleinik, E. B.; & Zakharova, A. P. (2019). City: Economic growth and social attractiveness issues. *Entrepreneurship and Sustainability Issues*, 7(1), 454-470. doi.org/10.9770/jesi.2019.7.1(32)
- Perobelli, F. S., Oliveira, A. F. de., Novy, L. G. G., & Ferreira, M. V. (1999). Planejamento Regional e Potencialidades de Desenvolvimento dos Municípios de Minas Gerais na Região em Torno de Juiz de Fora: uma Aplicação da Análise Fatorial. *Nova Economia*, 9(1).
- Porter, M. E. (1979). How Competitive Forces Shape Strategy. *Harvard Business Review*, 57(2), 137-145.
- Porter, M. E. (1986). *Estratégia Competitiva – Técnicas para análise de indústrias e da concorrência*. São Paulo: Campus.
- Porter, M. E. (1999). *Competição = On competition: estratégias competitivas essenciais*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Santos, D.C.L.P., Leite, E.F., Silva, C.M., & Fonseca, S.M.M. (2013). Empreendedorismo sustentável: perfil dos produtores da feira agroecológica da orla de Olinda - PE. *Holos*, 29(2), 148-160. Recuperado em 11 de setembro, 2021, de: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1387/665>
- Senge, P. M., Dow, M., & Neath, G. (2006). Learning together: new partnerships for new times. *Corporate Governance: The international journal of business in society*, 6(4), 420-430. doi.org/10.1108/14720700610689531



Strauss, A., & Corbin, J. (2014). *Basics of Qualitative Research – Techniques and Procedures for Developing Grounded Theory*. USA: Sage Publications.

Yin, R. K. (2016). *Pesquisa qualitativa – do início ao fim*. Porto Alegre: Penso.

#### COMO CITAR ESTE ARTIGO:

Vasconcelos, C. R. M., Freire da Silva, A. G., & El-Aouar, W. A. (2022). EMPREENDIMENTOS EM CAPITALS DO NORDESTE BRASILEIRO: DIAGNÓSTICOS SOBRE SEGMENTOS E DESENVOLVIMENTO LOCAL. *HOLOS*, 4. Recuperado de <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/10726>

#### SOBRE OS AUTORES

##### C. R. M. VASCONCELOS

Doutor em Administração pela Université Pierre Mendes France – Grenoble II/France; Professor permanente dos Programas de Mestrado e Doutorado Acadêmico em Administração (PPGA) - Universidade Potiguar.

E-mail: [cesarmvasconcelos@gmail.com](mailto:cesarmvasconcelos@gmail.com)

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0003-0398-5733>

##### A. G. F. DA SILVA

Doutorando em Administração pela Universidade Potiguar (UnP), Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB); Professor efetivo na Universidade Federal de Campina Grande – Campus de Sumé/PB.

E-mail: [allangfs@hotmail.com](mailto:allangfs@hotmail.com)

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0003-1550-8061>

##### W. A. EL-AOUAR

Doutor em Administração pela UFRN, pesquisador titular e Coordenador do Programa e Doutorado e Mestrado em Administração da Universidade Potiguar (UnP).

E-mail: [walidabbas@unp.br](mailto:walidabbas@unp.br)

ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0003-4033-7655>

**Editor(a) Responsável:** Prof. Dr. Miler Franco D'anjour

**Pareceristas Ad Hoc:** Edilson Araujo Pires e Cristiano Tolfo





Recebido: 12 de julho de 2020

Aceito: 09 de setembro de 2021

Publicado: 05 de abril de 2022

